

Sem cerimônia formal Brasil e credores assinam o acordo

por Paulo Sotero
de Washington

O governo brasileiro e vários bancos começaram a assinar, ontem, em Nova York, o acordo de empréstimo de curto prazo de US\$ 3 bilhões, negociado como parte do "entendimento preliminar" anunciado, no mês passado, para tirar o Brasil da moratória e iniciar o processo de normalização das relações do País com o sistema financeiro internacional. De acordo com um telex que o Citicorp enviou, ontem, aos 120 bancos que aderiram ao empréstimo, ele deverá tornar-se efetivo, no próximo dia 29 de dezembro, quando ocorrerá o primeiro desembolso, da ordem de US\$ 800 milhões.

O Brasil, no mesmo momento, liberará US\$ 400 milhões de suas reservas, depositadas no Banco de Pagamentos Internacionais, em Basileia, na Suíça. Estes US\$ 1,2 bilhão cobrirão o pagamento de juros de outubro, novembro e da primeira quinzena de dezembro. O pagamento da segunda quinzena de dezembro deve ocorrer em meados de janeiro.

O pagamento dos juros de fevereiro a setembro, que depende do desembolso dos cerca de US\$ 2 bilhões que sobrarão depois que a segunda quinzena de dezembro for acertada, só ocorrerá em junho. Ele está condicionado à efetivação de um pacote de refinanciamento de juros que o Brasil está negociando com os credores em Nova York. A pretensão brasileira, nessas negociações, é obter, além de um reescalonamento do principal, vencido entre 1986 e 1993, um refinanciamento de uma parte substancial dos juros de 1987, 1988 e 1989.

DESEMBOLSO

Como os US\$ 2 bilhões que não serão desembolsados agora serão cobertos pelo refinanciamento de juros que o Brasil obtiver para 1987, a vinculação desta parcela do empréstimo de curto prazo ao pagamento dos juros de fevereiro a setembro é apenas uma técnica.

Bem mais controversa é a questão do pagamento dos juros a partir de janeiro. Os bancos parecem entender que, pelo acordo anunciado no mês passado, o Brasil retomará o pagamento de juros, usando, para isso, o saldo de sua balança comercial. Representantes do governo brasileiro têm afirmado, contudo, que, uma vez concluído o acordo de maior fôlego que está agora sendo buscado, os bancos e o governo terão de encontrar alguma solução provisória de forma a envolver os credores,

já a partir de janeiro, no pagamento de juros, durante o primeiro semestre. Esse cenário pressupõe, é claro, que o empréstimo que o Brasil obtiver dos bancos para refinar os juros de 1987, 1988 e 1989 se tornará efetivo em junho de 1988.

Em virtude de o empréstimo ter levado um pouco mais de tempo para fechar do que os negociadores brasileiros e do comitê de bancos previram inicialmente, o esquema de desembolso sofreu uma ligeira mudança. Pelas mensagens que o comitê de bancos enviou à comunidade financeira internacional, no dia 11 de novembro passado, o primeiro desembolso ocorreria agora, abrangendo apenas os meses de outubro e de novembro. O negociador brasileiro, Fernão Bracher, e o presidente do comitê de bancos, William Rhodes, do Citicorp, disseram, ontem, num comunicado, que o total do empréstimo de curto prazo já assegurado "totaliza aproximadamente US\$ 3 bilhões" e que outros bancos "expressaram a disposição de aderir".

ACORDO

A assinatura do empréstimo de curto prazo dispensou cerimônia. Pelo Brasil, assinaram os dois diretores do Banco Central que estão participando das negociações, em Nova York, o diretor para Assuntos de Dívida Externa, Antônio de Pádua Seixas, e o diretor para a Área Externa, Carlos Eduardo de Freitas. Os bancos são representados por seus respectivos advogados. Os documentos a serem assinados estão em poder do Citicorp.

Paralelamente à oficialização do crédito de curto prazo, o diretor da área externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, começou a discutir, ontem, com o comitê, as projeções que os técnicos brasileiro prepararam sobre as necessidades de financiamento do País em 1988 e 1989, em consultas com a subcomissão de economia do comitê de bancos, com os técnicos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

De acordo com informações de um representante brasileiro, as projeções do Banco Central não haviam chegado a um número rígido, mas sim a uma faixa, que variaria entre um pouco menos de US\$ 10 bilhões a um pouco mais de US\$ 11 bilhões. "De qualquer maneira, a projeção sobre as necessidades de financiamento do País resultará de uma negociação", disse um dos membros da delegação negociadora brasileira.